

Narrador, o receptáculo da memória

Wender M. L. Souza

Resumo

Este artigo pretende apresentar e discutir a presença da memória coletiva na história e a importância do narrador. A partir do livro *História e Memória*, de Jacques Le Goff, tentaremos traçar um percurso histórico da memória por vários períodos da humanidade. Enquanto ao narrador, consideraremos o entendimento de Walter Benjamin, no artigo *O narrador*. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Para exemplificar a função de ambas esferas, analisaremos o romance *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury.

Palavras-chaves: memória; narrador; história; oralidade.

Narrator, the receptacle of memory

Abstract

This article intends to present and discuss the presence of collective memory in the history and the importance of the narrator. From the book *History and Memory*, by Jacques Le Goff, will try to trace a history of memory for several periods of humanity. While the Narrator, we will consider the understanding of Walter Benjamin, in the article *The Narrator. Considerations about the work of Nikolai Leskov*. To illustrate the function of both spheres, we will analyze the novel *Fahrenheit 451* by Ray Bradbury.

Keywords: memory; narrator; history; orality.

Introdução

Philippe Lejeune (2008) aponta as características da memória ao estabelecer o pacto autobiográfico e o romanesco. As memórias são narrativas em prosa, cuja a identidade do autor é a mesma do narrador, este é a personagem principal e o enredo parte da sua perspectiva da narrativa. Essa descrição das características que compõem a memória é adequada quando se trata da memória elaborada por um indivíduo, como político, celebridade etc.; ou uma vítima que se recorda das atrocidades a qual foi submetida durante uma guerra ou um regime totalitário; mas quando essas memórias são recuperadas por toda a humanidade, não através de suas reminiscências individuais, mas de teorias e pensamentos filosóficos ou narrativas ficcionais escritas por várias gerações?

É o que ocorre em *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, no qual um Estado totalitário

proíbe à população de ler, alegando que a leitura conta mentiras e estimula a presunção/arrogância, o que geraria confrontos. Essa população é alienada pela televisão e outras tecnologias, recursos que a mantém no presente e submetida ao controle estatal. Esta sociedade não tem história, nem mesmo memória individual, é criada a partir do nada e para a felicidade sem reflexão, as suas atividades são o trabalho e a diversão. Quem desobedece a lei é preso; quem escapa se vê obrigado a refugiar-se na floresta; lá a pessoa deve viver como um andarilho, contando a história de um livro que decorou a quem se interessar em ouvi-la. A sociedade futurista volta à Antiguidade e à Idade Média ao ter que contar oralmente a sua história, resgatando a memória a partir da criação de um outro coletivo.

O resgate, ou suposto resgate do passado, e a referência ao livro *Fahrenheit 451* demonstram a importância da memória e do narrador em qualquer época. Ambos, em conjunto com o fato em si, ajudam a construir a história.

Um percurso histórico da memória

Jacques Le Goff (2003) estudou a relação entre História e Memória, no caso, a coletiva. Em seu entender ambas têm relação direta com o Estado, pois esse é quem faz de tudo, “para conservar os traços de qualquer acontecimento passado (*passado/presente*), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (cf. *filologia*), acumular objetos (cf. *coleção/objeto*)” (2003, p. 419). Assim, o Estado controla aquilo que deve ser lembrado. Por outro lado, trata também de esquecimento de fatos:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

A memória não é só usada como um meio de coerção, no caso pelo Estado, mas também com o objetivo de comover. Os judeus vítimas de campos de concentração espalhados pela Europa dominada servem como exemplo. Eles se sentem impelidos a não deixar a sociedade esquecer as crueldades que sofreram. Tzvetan Todorov (2000) classifica o modo como essas vítimas apresentam os fatos como literal ou exemplar. O primeiro tende à acusação dos responsáveis pela dor, entretanto, sem superá-la, podendo dizer que, “la memoria literal, sobre todo si llevada al extremo, es portadora de riesgos,

mientras” (Ibidem, p. 31). A segunda ajuda a neutralizar a dor causada pela lembrança através de analogias com outras violências, tornando-se exemplo e extraindo uma lição, “(...) El uso ejemplar (...) permite utilizar el pasado con vistas al presente, aprovechar las lecciones de las injusticias sufridas para luchar contra las que se producen hoy día, y separarse del yo para ir hacia el otro” (Ibidem, p. 32). A memória literal se prende ao passado, já a exemplar fala do passado para pensar o futuro, pretendendo fazer justiça. A literal sacraliza a memória tornando-a estéril.

A memória coletiva dos povos sem escrita se inicia nos mitos de origem, nos quais história e mito se imbricam (LE GOFF, 2003). Posteriormente, pode-se falar de “memória técnica” nas sociedades chamadas selvagens, que tem como propósito repassar conhecimentos práticos. Estas sociedades sem escrita possuem *homens-memória* responsáveis pela história “objetiva” e “ideológica”. Esse papel também era representado pelos “chefes de família idosos, bardos, sacerdotes”, que tinham o dever de manter unido o grupo. Segundo Jack Goody (apud LE GOFF), a aprendizagem da transmissão da história através da narração oral não é uma memória “palavra por palavra”, mas sim uma reconstrução da narrativa.

Com o advento da escrita o homem procura se perpetuar na memória coletiva, pelo menos os reis, por meio de inscrições e epigrafias. Depois o ser humano procura um lugar próprio para escrever, chegando ao papiro, pergaminho e finalmente ao papel. A evolução da memória e a evolução social são concomitantes e os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus. Fazem compor e gravar na pedra seus feitos, “que nos levam à fronteira onde a memória se torna 'história” (LE GOFF, 2003, p. 430).

Na Grécia Antiga se juntava a memória oral à escrita, mas a passagem só pode ser explicada pela instituição *mnemosi*, “pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça” (Ibidem, p. 432). Em *Fedro* (composta por volta de 370 a.C), Platão mostra como a memória foi enfraquecida pelo deus egípcio Thot, inventor dos números e do alfabeto, diz Platão ou Sócrates:

O alfabeto engendrará esquecimento nas almas de quem o aprender: estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que já está escrito, chamarão as coisas à mente não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos. Tudo aquilo que encontraste não é uma receita para a memória, mas para trazer as coisas à mente (PLATÃO, apud LE GOFF, 2003, p. 433).

Para os gregos, *Mnemosine* era a deusa da memória, mãe de nove musas procriadas após nove noites passadas com Zeus. *Mnemosine* lembra aos homens os heróis

e seus feitos, preside à poesia lírica:

O poeta é, pois, um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como adivinho o é do futuro [...] A poesia, identificada com a memória, faz desta um saber e mesmo uma sabedoria, uma *sophia*. O poeta tem o seu lugar entre os “mestres da verdade” (cf. Detienne, 1967) e, nas origens da poética grega, a palavra poética é uma inscrição viva que se grava na memória como no mármore (cf. Svenbro, 1976). Disse-se que, para Homero, versejar era lembrar (LE GOFF, 2003, p. 433-434).

A memória seria um dom para iniciados, *Mnimosine* revelava aos poetas os segredos do passado e introduzia-o nos mistérios do Além. A memória surge como um antídoto do Esquecimento.

Segundo Le Goff, o judaico-cristianismo se apropria da memória na Idade Média, podendo aquela ser descrita como “religiões de recordação”, “o livro sagrado, por um lado, a tradição histórica, por outro insistem, em alguns aspectos essenciais, na necessidade da lembrança como tarefa religiosa fundamental” (Ibidem, p. 238). A recordação está tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. No primeiro, na insistência de não se esquecer *Yahwéh*, o Deus, que ajudou o povo judeu a fugir do Egito. E, no segundo, na Última Ceia quando Jesus evoca aos seus apóstolos que não o esqueça, “Este é o meu corpo que vos é dado; fazei isto em minha memória” (LUCAS, 22, 19, apud LE GOFF, 2003, p.439). O chamado também ocorre no cotidiano do cristão, “É preciso lembrar-nos das palavras do senhor Jesus” (ATOS DOS APÓSTOLOS, 20, 35, apud LE GOFF, p. 440).

O cristianismo na Idade Média procura sempre rememorar a passagem e as palavras de Jesus na Terra, entretanto, popularmente, a disseminação da ideia de memória “cristalizou-se” nos santos e nos mortos. Em igrejas construídas no local de túmulos dos mártires ou datas comemorativas no suposto dia do martírio ou morte do santo; assim como na memória dos milagres, “A associação entre a morte e a memória adquire, com efeito, rapidamente, uma enorme difusão no cristianismo, que a desenvolveu na base do culto pagão dos antepassados e dos mortos” (LE GOFF, 2003, p. 442). Os nomes dos mortos, também dos vivos, mais prestigiados, eram colocados no *Libre memoriales*. Também durante a missa havia a lembrança dos mortos.

Segundo Le Goff, nesta época admirava-se os velhos, considerados “homens-memória”, pois retiam as histórias em sua memória. Entretanto, a escrita já se desenvolvia a partir do oral e havia “um equilíbrio entre memória oral e memória escrita,

intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória” (Ibidem, p. 444-445).

A memória é extremamente difundida com o advento da escrita. Os atos reais do rei da França passam a ser arquivados. No *cartularii* os senhores feudais reúnem as cartas de apoio e direito ao domínio da terra, a memória feudal também produz as suas *genealogias*. As cidades criam os arquivos notariais, “A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária” (Ibidem, p. 445).

Na literatura medieval a oralidade anda lado a lado com a escrita; a memória é um dos seus elementos constitutivos. O trovador, o jogral e os seus ouvintes, integrantes da memória coletiva deviam memorizar a canção de gesta.

A memória também se faz importante na escola, na retenção da gramática, história, matemática. Multiplicam-se na passagem da oralidade à escrita os glossários, os léxicos, as listas de cidades, de montanhas, de rios, de oceanos, é preciso decorá-los através de métodos mnemotécnicos.

Para a retórica e a teologia, a memória se torna imprescindível, escrevem-se vários tratados retóricos, e a teologia pretende evidenciar para os seus seguidores através de afrescos a diferença entre o Paraíso e o Inferno.

Tomás de Aquino escreve um tratado, *Summa theologie*, que ensina a aquisição da memória artificial, uso de técnicas mnemônicas como, “encontrar simulacros adequados das coisas que se deseja recordar [...] simulacros e imagens [...] ligados a qualquer símbolo corpóreo” (AQUINO, apud LE GOFF, 2003, p. 449); racionalizar a memória, organizando o que se deseja recordar, tornando “fácil a passagem ao ponto que lhe sucede” (Ibidem, p. 450); e meditar no que se deseja recordar. Segundo Le Goff, essas regras influenciaram os teóricos da memória, os teólogos, os pedagogos e os artistas dos séculos posteriores, principalmente do XVIII ao XIX.

No Ocidente, o advento da imprensa ajuda a difundir a ideia de memória, “Com o impresso [...] não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme [...] mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos” (LEROI-GOURHAN, apud LE GOFF, 2003, p. 452).

O século XVI até o XVIII assistiu ao ofuscamento da memória; isso ocorreu, parece, devido à pouca cientificidade do tema. A memória teve uma tese baseada no ocultismo, com Giordano Bruno, na qual o seu funcionamento se daria por magia e sua capacidade de armazenar lembranças era própria de um homem divino. Para esse período,

a memória carecia de métodos. A recordação dos mortos que ocorria com frequência na Idade Média é posta de lado, “a comemoração dos mortos entra em declínio. Os túmulos, incluindo os dos reis, tornam-se muito simples. As sepulturas são abandonadas à natureza e os cemitérios tornam-se desertos e mal cuidados” (LE GOFF, 2003, p. 456).

A memória readquire *status* após a Revolução Francesa de 1789. Os cemitérios são revitalizados com novos tipos de monumentos e rito de visita. As personagens da revolução não pretendem deixar o povo esquecê-la, criam no calendário festas comemorativas.

O Estado manipula a memória, lembrando apenas o que lhe convém, “decidindo-se subtrair à memória coletiva 'a multiplicidade das vítimas' e 'nas festas comemorativas, a censura irá disputá-la com a memória’” (MONA OZUF, apud LE GOFF, 2003, p. 457).

Na literatura, os românticos associam a memória à imaginação e à poesia, respaldados pelas mitologias latina e grega que “designavam da mesma forma a faculdade pela qual formamos imagens, a que os gregos chamavam *phantasia*, e nós *imaginativa*, e os latinos *memorare*” (VICO, apud LE GOFF, 2003, p. 457).

Nos séculos XVIII e XIX na Europa, nos Estados Unidos, e também no Vaticano, espalham-se arquivos nacionais, museus e bibliotecas.

Aponta Le Goff que a memória coletiva é ressignificada com a construção de monumentos aos mortos e o Túmulo ao Soldado Desconhecido após a Primeira Guerra Mundial, pois, “procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum” (LE GOFF, 2003: 460). A fotografia também ajuda a recordação, democratizando e estabelecendo verdades visuais, guardando a memória do tempo e da evolução cronológica.

No século XX, a memória coletiva sofre uma revolução e a ciência e a tecnologia descobrem meios de apreendê-la. Cria-se a memória eletrônica, a do computador. A biologia contribui descobrindo a memória biológica e estabelecendo a “memória da hereditariedade”.

A memória social ganha novos contornos. A filosofia com Bergson enfatiza a noção de “imagem” na percepção da memória. Esta teoria influencia a literatura de Marcel Proust que escreve uma memória romanesca imbricada em “mito-história-romance”. Na psicanálise, Freud estabelece a relação entre o sonho e a memória:

Ligando o sonho à memória latente e não à *memória consciente* e insistindo na importância da infância na constituição desta memória, contribui, ao mesmo tempo que Bergson, para aprofundar o domínio da memória e para esclarecer, pelo menos no nível da memória individual, esta censura da memória, tão importante nas manifestações da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 466).

As ciências sociais trabalham a memória de forma interdisciplinar. A sociologia, a antropologia e a história conjuntamente estabelecem novas direções para a memória coletiva. Por outro lado, há os mercadores da memória que investem na memória através de objetos para lançar moda: retrô.

Le Goff entende que os estudos contemporâneos relacionados à memória coletiva avançaram na medida em que procuraram falar dos (com) criadores da memória (indivíduo, comunidades) e a repercussão que os fatos históricos tiveram na sociedade para a sua transformação.

Homens-Livros e a liberdade de narrar uma história

Em texto escrito em 1936, *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, Walter Benjamin diagnostica que a arte de narrar está morta na sociedade contemporânea. Benjamin cita vários motivos para essa extinção: o fato do homem não ter mais experiências para contar; o advento do romance com a publicação em livro, a demonstração de como o indivíduo está isolado entre outros.

No seu elogio ao narrador, e a arte de narrar, Benjamin destaca dois grupos como os que têm o que contar: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante. O primeiro é aquele que fica em sua terra natal e conhece suas histórias e tradições. O segundo é aquele que viaja e conhece outras terras e tem muito que contar.

A sabedoria, para Benjamin, é atributo dos bons narradores, esses têm que saber “dar conselhos”. É por este motivo que o narrador morre com o surgimento do romance, “A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los” (BENJAMIN, 1994, p. 201). O narrador perde a sua capacidade de aconselhar, e as próprias personagens também não escutam um ao outro, isto é sintomático à modernidade que apregoa o individualismo em detrimento à coletividade.

Neste ponto *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, serve como exemplo, pois o individualismo alcança o seu cume, consolidando ao mesmo tempo a morte do indivíduo. Em um sistema totalitário, o indivíduo vive em si, paradoxalmente, em favor do bem estar

coletivo; ele é uma força produtiva, força do trabalho voltada para o Estado. Esse em si o faz alienar-se em frente de telões, em sua residência; correndo com automóvel em estradas; ou em remédios que os entorpece. O regime não permite a leitura, o ato é punível com prisão, entretanto, rebeldes resistem com leituras furtivas; quando são denunciados, têm a casa invadida e os livros queimados; os que conseguem escapar se escondem perto de trilhos no meio da floresta, onde vivem como foragidos/exilados e têm a “missão” de não deixar morrerem as obras. Em uma espécie de ritual, devem decorar o livro em pouco tempo e queimá-lo depois. Assim, reterão a história e contarão sem deixá-la morrer. Tornam-se, assim, *homens-livros*¹, “O melhor é guardá-los na cabeça, onde ninguém virá procurá-los. Somos todos fragmentos e obras de história, literatura e direito internacional. Byron, Tom Paine, Maquiavel ou Cristo, tudo está aqui” (BRADBURY, 2009, p. 214).

Entramos na importância do narrador para manter a história/memória viva. Nesta distopia criada por Bradbury, salienta-se o papel de resistência que possuem a leitura e o narrador. Nesta configuração o ser humano volta à narrativa oral, a sociedade tecnologicamente avançada, mas sem arte e cultura, retorna aos seus primórdios para difundir as suas histórias ficcionais e seus pensamentos, mas antes de tudo a sua memória. Os *homens-livros* se assemelham aos homens-memórias dos povos primitivos ou da Idade Média, entretanto esses eram figuras centrais nas sociedades, diferentemente daqueles que deveriam viver à margem.

Todorov (2000) disse, com toda a razão, que os regimes totalitários do século XX suprimiram a memória, sistematizando esse propósito a controlavam e marginalizavam-na:

Las huellas de lo que ha existido son o bien suprimidas, o bien maquilladas y transformadas; las mentiras y las invenciones ocupan el lugar de la realidad; se prohíbe la búsqueda y difusión de la verdad; cualquier medio es bueno para lograr este objetivo (TODOROV, 2000, p. 12).

Como o já citado Le Goff escreveu, o dominador do momento sempre se torna o senhor da memória e do esquecimento. No livro de Bradbury, o esquecimento se torna mais aterrador, porque são as pessoas, por quase um capricho, que respaldam a destruição dos livros por parte do regime. No meio da história Beatty, chefe dos bombeiros, explica a Guy Montag, o protagonista, quando e como os livros passaram a ser malvistas. Segundo ele, com a proliferação dos meios de comunicação de massa (rádio e T.V.):

— E, porque tinham massa, ficaram mais simples — disse Beatty. — Antigamente, os livros atraíam algumas pessoas, aqui, ali, por toda

parte. Elas p odiam se dar ao luxo de ser diferentes. O mundo era espaçoso. Entretanto, o mundo se encheu de olhos e cotovelos e bocas. A população duplicou, triplicou, quadriplicou. O cinema e o rádio, as revistas e os livros, tudo isso foi nivelado por baixo está me acompanhando? (BRADBURY, 2008, p. 83).

Bradbury conta, em 1953, uma história que poderia se passar como sendo contada sobre o hoje, com a difusão da internet – que não chega para todos, mas como mostra a história nem todas as “revoluções” precisam contar com o apoio da maioria – e de meios de entretenimento que entregam vídeos em segundos, mas que são perenes. A sociedade de *Fahrenheit 451* se iniciou porque a população gostou de ter tudo mastigado, resumido. “— Imagine o quadro. O homem do século XIX com seus cavalos, cachorros, carroças, câmera lenta. Depois, no século XX, acelere sua câmera. Livros abreviados. Condensações. Resumos. Tabloides. Tudo subordinado às gags, ao final emocionante” (Ibidem, p. 84). A sociedade se torna dinâmica, “A vida é imediata, o emprego é que conta, o prazer está por toda parte depois do trabalho. Por que aprender alguma coisa além de apertar botões, acionar interruptores, ajustar parafusos e porcas?” (Ibidem, p. 85).

A descrição de Beatty sobre a sociedade daquela cidade se assemelha com a nossa, claro que o autor potencializa a situação, mas para uma obra escrita na década de 50, do século XX, é quase premonitória:

— Tirar tudo dos teatros, exceto palhaços, e instalar nas salas paredes de vidro e nelas fazer passar muitas cores alegres, como confetes, sangue, vinho tinto ou branco (Ibidem, p. 86).

— Mais esportes para todos, espírito de grupo, diversão, e não se tem de pensar, não é? (...) Mais ilustrações nos livros. Mais figuras. A mente bebe cada vez menos. Impaciência. Rodovias cheias de multidões que vão pra cá, pra lá, a toda parte, a parte alguma. Os refugiados da gasolina. Cidades se tornam motéis (...) (Ibidem, p. 87).

E esse presente descrito por Beatty é um possível futuro alardeado por Bradbury. Diz-se que ele ocorreu, não com essas consequências “apocalípticas”, um pouco menos. Cada vez se lê menos ou e inversamente cada vez mais. Mas quais são as obras mais lidas? A parte do apocalíptico fica na guerra no final do livro, uma guerra descrita aos moldes da Guerra do Iraque do final do século XX, e da outra do início do XXI, combates feitos à distância, pessoas atingidas sem saber de onde veio a bomba.

A sociedade de *Fahrenheit 451* é feliz porque não pensa e nem se lembra, pessoas casam e logo esquecem como se conheceram; divorciam-se, casam-se de novo, e esquecem o cônjuge anterior, no caso de viuvez, do morto. A sociedade não tem memória, muito menos possui uma relação com a natureza. Porém, esta sociedade possui

antagonistas como a família de Clarisse McClellan que não assiste ao “telão”, e prefere passar as suas noites conversando. A moça sente prazer em seu contato “orgânico” com o mundo; é esta personagem que chama Montag a observar o que acontece ao seu redor:

E outras tantas vezes ele saiu de casa e Clarisse estava lá, em algum lugar do mundo. Uma vez ela saiu sacudindo uma noqueira, outra vez a viu sentada no gramado tricotando um suéter azul, três ou quatro vezes ele encontrou um buquê de flores tardia em sua varanda ou um punhado de castanhas num saquinho, ou algumas folhas mortas ordenadamente presas numa folha de papel em branco pregada com percevejos à porta de sua casa (Ibidem, p. 48).

— [...] Você já cheirou folhas secas? Elas não cheiram como canela? Pegue. Sinta.

— Puxa é verdade. Dá para achar que é canela *mesmo*. Ela olhou para ele com seus brilhantes olhos escuros (Ibidem, p. 49).

Se Benjamin atribuía ao romance a morte do narrador, na obra de Bradbury são os livros, incluso o romance, que ressuscita-o e conta a história universal, mas, presumivelmente do modo que o pensador alemão gostaria, coletivo e oralmente. *Fahrenheit 451* é uma apologia ao livro, mas acima de tudo ao conhecimento, à sabedoria, à história, à memória, tanto que Faber, um ex-professor, explica a Montag que tudo o que está nos livros está na vida:

— [...] Não é de livros que você precisa, é de algumas coisas que antigamente estavam nos livros. As mesmas coisas *poderiam* estar nas 'famílias das paredes' [...] Descubra essa coisa onde puder, nos velhos discos fonográficos, nos velhos filmes e nos velhos amigos; procure na natureza e procure em você mesmo. Os livros eram só um tipo de receptáculo onde armazenávamos muitas coisas que receávamos esquecer (Ibidem, p. 120).

No enredo do livro há duas personagens que não têm falas, mas demonstram a importância da sabedoria ressaltada por Benjamin em seu artigo. O tio de Clarisse, muito citado por ela, “[...] Você já foi *alguma vez* a um museu? *Tudo* abstrato. É só que há agora. Meu tio diz que antigamente era diferente. Muito tempo atrás, os quadros às vezes diziam alguma coisa ou até mostravam *pessoas*” (Ibidem, p. 52). E o avô de Granger – um personagem que aparece no final, e é um dos andarilhos da floresta – que marcou a vida do neto, “Faz muitos anos que meu avô morreu, mas se você levantasse a tampa de meu crânio, por Deus, você encontraria, nas circunvoluções de meu cérebro, as marcas profundas de seus polegares. Ele me tocou” (Ibidem, p. 222).

Com as personagens de *Fahrenheit 451*, Montag, Clarisse (e seu tio), Faber, Granger (e o avô), tem-se a certeza que mais que os livros, a palavra narrada é o melhor modo de perpetuar a memória coletiva, é ela que nos transmite as lembranças, como diz

Benjamin, “*A reminiscência* funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração” (BENJAMIN, 1994, p. 211). O próprio diz também que, “o leitor de romance é solitário”. Entretanto no livro de Bradbury, o leitor não será um solitário, pois a sua missão é contar oralmente para quem quiser ouvir a história do mundo.

Nota Explicativa

1- A expressão não está no livro de Bradbury, mas sim no filme homônimo de François Truffaut, de 1966.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebein. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima. Tradução Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2009. (Coleção Globo de bolso)

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Traducción de Miguel Salazar. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.